

## **A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA EM A MULHER DE TRINTA ANOS**

ROSANA ARRUDA DE SOUZA \*

**Resumo:** Neste trabalho, o objetivo é discutir a constituição identitária no romance *A mulher de trinta anos* (1831-1842), de Honoré de Balzac, refletindo o impacto que a história causa no panorama vigente feminino/feminista. Para tanto, lança-se mão de autores que discutem identidade como Bulter (2003), Hall (2005), Silva (2000). O referido romance trata da história de Julie, aristocrata francesa que se decepciona com o casamento, verificando nele apenas mais uma forma de atender aos padrões sociais. Com base na leitura do romance e nos autores consultados, averiguou-se que, além de propiciar conhecimento de traços da cultura francesa do século XIX, a leitura que Balzac realizou da figura feminina na época francesa dialoga ou ao menos se aproxima dos debates atuais sobre a mulher na sociedade, no que se refere a temas quais sejam: casamento, maternidade e sexualidade. Julie se insatisfaz no casamento desde a noite de núpcias; daí em diante, sobrevivendo outros fatores, considera a união como instituição social, mantida pelas aparências, e a filha, nascida anos depois, é apenas fruto dos deveres sociais a serem cumpridos nesta instituição.

**Palavras-chave:** constituição identitária; a mulher de trinta anos; padrões sociais.

### **Introdução**

Objetiva-se, neste trabalho, discutir a constituição identitária em *A mulher de trinta anos* (1831-1842)<sup>1</sup> do escritor francês Honoré de Balzac (1799-1850). Mais especificamente, tratar-se-á da identidade feminina e os fatores que a perpassam ao longo da história contada no romance, a saber, o casamento, maternidade e sexualidade, no contexto histórico francês do século XIX, em que mulheres não dispunham de outras funções a desempenharem ao longo da vida, além de filha, mãe e esposa, excetuando-se aquelas que dedicavam sua vida ao convento (de bom ou mau grado) ou ficavam solteiras, agregadas às famílias.

Na tentativa de conjugar esta situação junto às questões atuais de identidade feminina, vislumbra-se um cenário não tanto diferente, embora o contexto histórico seja outro. Perduram as questões sobre o papel da mulher na sociedade levantadas pela protagonista do romance, Julie. Em sua época, as mulheres eram educadas para atenderem aos padrões sociais, e o casamento e a maternidade faziam parte disso. Casavam-se, tinham filhos, não se

---

<sup>1</sup> Balzac, a partir de 1831, publica episódios da história em folhetins, depois, soma todos os episódios num romance e o publica, em 1842.

satisfaziam com a vida conjugal, mas permaneciam casadas, visto que a lei não previa o divórcio<sup>2</sup>.

No contexto presente, o divórcio é permitido, e presenciam-se novos conceitos de família, bem como da posição social da mulher. Esta tem outras opções além do casamento, algumas delas nem se casam e outras estão se casando com idade mais madura, diferente de Julie que se casou jovem, por volta dos vinte anos de idade. Situação semelhante ocorre com a maternidade, algumas nem têm filhos por opção e, quanto à sexualidade feminina, esta quebrou tabus ou, ao menos, caminha para tanto.

Entretanto, se a mulher de agora não se casa e não tem filhos, isso não significa ausência de padrões sociais a serem atendidos. Ela estuda, trabalha, consegue boa colocação profissional, mas ainda há quem cobre dela casamento e maternidade. Para Julie, a chegada aos trinta anos de idade estava assentada em seus questionamentos, ou como Balzac (1842) chamou, “sofrimentos desconhecidos”, em que manifesta sua insatisfação contra o casamento, e contra a sociedade, na qual apenas os homens dispunham de liberdade, mesmo depois do casamento, ao passo que, às mulheres, restavam os deveres. Para a mulher atual, a chegada aos trinta anos perpassa também anseios de liberdade – cobram-lhe independência econômica e equiparação profissional aos homens; cobram-lhe, mesmo, a passagem do tempo, pois para ela, o tempo parece passar mais rápido, lhe sobrecaem o envelhecimento físico, o envelhecimento do relógio biológico, e a preocupação de seguir a vida sem tornar-se mãe.

Na exploração das questões acima, está assentada a discussão proposta neste trabalho. A identidade feminina, seja na contemporaneidade, seja no tempo de Julie, toca estas indagações. Diferentemente, agora, estas são mais numerosas, visto que às preocupações de Julie não somavam estudo e carreira profissional. Desse modo, far-se-á um breve estudo de identidade e gênero por meio de Stuart Hall (2005), Tomaz Tadeu da Silva (2000) e Judith

---

\*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT, *campus* Cuiabá. Bolsita CAPES.

---

<sup>2</sup> O divórcio, que tinha sido estabelecido em 1792 e reinscrito em 1803 no Código Civil (com restrições bem claras com relação à lei de 1792), fora abolido em 1816, sendo substituído, em quase todos os casos de dissensões conjugais, pela separação de corpos, considerada como o divórcio dos católicos (VIANA, 1999, p. 72, 73).

Butler (2003); bem como estudiosos da escrita balzaquiana, como Terezinha de Camargo Viana (1999), possibilitando análise dos dados em *A mulher de trinta anos*.

### **Discussões sobre identidade**

Hall (2005) pontua a identidade pós-moderna, a qual está fragmentada, visto que o sujeito desempenha múltiplos papéis e está em vários lugares a um só tempo. Dessa forma, sua identidade não é fixa e pode ser várias em diferentes situações, adequando-se ao próprio ritmo convulso da sociedade:

o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não-resolvidas. [...].

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. [...]. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente (HALL, 2005, p. 12, 13).

Segundo o autor, cinco teorias contribuíram para a identidade do sujeito pós-moderno. A primeira delas se refere ao marxismo, pelo qual o sujeito é assujeitado, não podendo, portanto, ser considerado autor da sua história, pois permanece enredado numa estrutura social e histórica podendo se mover apenas sob as condições oferecidas por este enredamento:

[...] o marxismo, corretamente entendido, deslocara qualquer noção de agência individual. O estruturalista marxista Louis Althusser [...] afirmou que, ao colocar as relações sociais (modos de produção, exploração da força de trabalho, os circuitos do capital) e não uma noção abstrata de homem no centro de seu sistema teórico, Marx deslocou duas proposições-chave da filosofia moderna: que há uma essência universal dos homens; que essa essência é o atributo de cada indivíduo singular, o qual é seu sujeito real (HALL, 2005, p. 35).

A segunda teoria refere aos processos do inconsciente estudados por Freud e propagados por Lacan. Nessa perspectiva, o sujeito está inserido em um jogo de imagens (daí a identidade ser considerada como imaginária ou como uma ilusão), no qual ele se constrói a partir da imagem que pensa que o outro tem dele. Nesse sentido, a identidade não é inata do

sujeito e também não é formada exatamente por meio do contato social, mas é construída no inconsciente do sujeito. Assim,

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. [...]. Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento (HALL, 2005, p. 39).

A terceira teoria refere aos estudos estruturalistas da linguagem. Nessa perspectiva, a identidade é constituída tal quais as palavras são na linguagem. O sujeito sabe o que é, contrapondo-se àquilo que ele não é ou se colocando paralelo àquilo a que se assemelha. Há, então, um processo de significação do sujeito desencadeado pela similaridade e pela exclusão:

[...], os significados das palavras não são fixos, numa relação um-a-um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. Nós sabemos o que é a ‘noite’ porque ela não é o ‘dia’. Observe-se a analogia que existe aqui entre língua e identidade. Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser (HALL, 2005, p. 40).

A quarta teoria social que influenciou o descentramento da identidade se refere às ideias de Michel Foucault. Para este filósofo o comportamento do sujeito é vigiado pelas instituições de poder da sociedade – a escola, a prisão, a igreja, o hospital, o manicômio etc. Muito embora a vigilância institucional coloque o sujeito como parte de coletividades, o mesmo também se individualiza a partir do momento que deve moldar seus atos, ou policiar a si próprio para não ser punido pela instituição vigilante:

o objetivo do ‘poder disciplinar’ consiste em manter ‘as vidas, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres do indivíduo’, assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle da disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas ‘disciplinas’ das Ciências Sociais. (HALL, 2005, p. 42).

A quinta teoria, por fim, trata do feminismo que

faz parte daquele grupo de ‘novos movimentos sociais’, que emergiram durante os anos sessenta (o grande marco da modernidade tardia), juntamente com as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do ‘Terceiro Mundo’, os movimentos pela paz e tudo aquilo que está associado com ‘1968’ (HALL, 2005, p. 44).

Assim, se o feminismo é constituído por movimentos sociais de diferentes naturezas e o conceito de feminino se expandiu (não se trata mais apenas de uma natureza biológica), é possível conferir ao feminismo o sentido de empenho pela igualdade de direitos visando beneficiar os sujeitos de maneira geral, e não apenas as mulheres. Ou, como pontua Hall (2005, p. 45, 46), “aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero”. Judith Butler (2003) levanta ideia semelhante a respeito do feminismo, partindo do pressuposto que o gênero do sujeito não “é”, mas está em um estado de construção transcorrendo em processos de política e de representação.

Tomaz Tadeu Silva (2000), por sua vez, discorre sobre identidade e diferença. O autor coloca em discussão o pressuposto de identidade correspondente àquilo “que sou”, e diferença àquilo que “o outro é”. Para ele, a identidade nem sempre virá como parâmetro para que o eu se compare ao outro. A diferença também pode vir como parâmetro. Nesse sentido, sua ideia caminha à concepção de identidade influenciada pelo estruturalismo linguístico do qual Hall (2005) discorre.

A formação identitária demanda processos de exclusão, pois “aquilo que sou” pressupõe a exclusão daquilo que “não sou”. É o que ocorre, segundo o autor, com a afirmação identitária “sou brasileiro” a qual “é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação ‘sou brasileiro’ deve-se ler: ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘não sou japonês’” (SILVA, 2000, p. 01). O mesmo ocorre com a diferença, de modo que dizer que o outro é brasileiro, demanda considerar que ele não é japonês, argentino, enfim. Desse modo, identidade e diferença são dependentes entre si.

Assim, identidade e diferença não seriam coisas a serem descobertas ou reveladas, mas construídas por meio da linguagem. Butler (2003) argumenta de maneira semelhante ao pontuar o gênero, porém estende a questão ao mencionar as práticas discursivas em que o gênero se instala. Dessa maneira, o gênero permanece um processo, constituído pelas práticas

sociais que se repetem na sociedade – o gênero provém de atitudes e discursos que se repetem e, por se repetirem, são normalizados. Entende-se, nessa perspectiva, que os atos de usar saias e não poder sentar desse ou daquele modo, por exemplo, tanto se repetiram que, instituiu-se, em determinados campos de atuação, que usar saias e sentar-se de tal modo é atitude de mulher.

Entretanto, considerar identidade e diferença enquanto criações sociais e culturais, tal qual afirma Silva (2000), demanda considerá-las também mutáveis, pois a sociedade e a cultura mudam. Outros atos podem se tornar repetitivos e incidir em novos parâmetros de identidade. Evocando novamente Butler (2003), há subversões de identidade, a identidade pode se subverter, tonando-se diferença e vice-versa. A subversão identitária tem sido realizada pela mulher seja por meio de grandes atos, como os movimentos feministas; seja por meio de atos restritos, como os realizados pela personagem Julie, em *A mulher de trinta anos*, que desconstrói, embora dentro dos limites de seu tempo, o sentido de casamento e maternidade, enquanto elementos integrantes da identidade feminina.

### **A constituição identitária em *A mulher de trinta anos***

A história, em *A mulher de trinta anos*, inicia-se em 1813. Julie está encantada por um dos oficiais do exército de Napoleão Bonaparte, o coronel Victor d'Aiglemont. O pai da jovem a adverte da ilusão que ela construía em relação ao casamento: “Ah! Se você pudesse viajar no tempo, dez anos adiante deste momento, você renderia justiça à minha experiência. [...]. Casa-se com Victor, minha Julie. Um dia você vai lamentar amargamente a nulidade dele, [...]” (BALZAC, 1977, p. 66, 67)<sup>3</sup>.

No ano seguinte, 1814, casada, Julie lamenta seu próprio casamento. Em confissão a uma amiga, que está prestes a casar, declara:

[...] um marido vai transformá-la, em poucos dias, no que eu já sou: feia, triste e velha. Dizer-lhe como eu estava orgulhosa, vaidosa e feliz por casar-me com o coronel Victor d'Aiglemont seria uma loucura! Já não me lembro mais de mim mesma (BALZAC, 1977, p. 87).

---

<sup>3</sup> Os trechos do romance *A mulher de trinta anos* são de tradução livre.

Ocorre que, o encanto de Julie pelo marido acabou logo na noite de núpcias. A personagem não esclarece a decepção sofrida nesta noite, mas, conhecendo um pouco da situação das mulheres de sua época em relação ao casamento, é possível levantar suposições – uma delas seria a incompatibilidade conjugal. Abaixo, segue trecho descrito por Julie a respeito de sua noite de núpcias:

deixada sozinha, à noite, no quarto aonde eu havia sido conduzida com pompa, imaginava alguma brincadeira para intrigar Victor, e, esperando que ele chegasse, eu sentia palpitações no coração semelhantes às que antes me dominavam nesses dias solenes, em 31 de dezembro, quando, sem que ninguém me visse, eu deslizava até o salão onde os presentes de ano novo se acumulavam. Quando meu marido entrou, a me procurar, o riso abafado que eu fiz, debaixo dos lençóis que me envolviam, foi o último brilho dessa doce alegria que animava os mais belos jogos de nossa infância (BALZAC, 1977, p. 87, 88).

A propósito do assunto, Terezinha de Camargo Viana (1999) aponta os casamentos realizados por conveniência, culminando em espécie de negócio (troca). As mulheres praticamente não possuíam alternativas ao matrimônio, elas o aceitavam, algumas pensando em ascensão socioeconômica, porém, cientes do que teriam de abrir mão – do amor. Somava-se a isso sua sexualidade, tratada sob normatização, pois, sem amor, o prazer sexual deixava de ser um dos componentes da vida a dois. Conforme a autora:

o casamento de interesse não é algo novo, uma peculiaridade dessa época, mas incorpora toda uma tradição de estratégia política de reprodução das classes dominantes. É dessa forma que n’A *comédia humana* abundam exemplos de mulheres (aristocratas ou não) – tais como a Duquesa de Langeais, Mme. de Rochefide, Honorina, Júlia d’Aiglemont, Mme. Cormon, Dinah Piédfer, etc... – que tiveram suas vidas marcadas pelo estigma da incompatibilidade conjugal, incompatibilidade essa responsável pelos inúmeros sofrimentos desconhecidos ‘souffrances inconnues’ (A *mulher de trinta anos*), [...] (VIANA, 1999, p. 65).

A autora ainda argumenta que as personagens balzaquianas assumem caráter pedagógico, no sentido de trazerem à baila modos de não serem submetidas<sup>4</sup>. A título de exemplo, cita a personagem Eugênia Grandet, herdeira de pai rico e objeto de cobiça de vários

<sup>4</sup> Não se pode afirmar que Balzac retratava a mulher de tal modo por apoiar alguma causa libertária da mesma. No caso de *A mulher de trinta anos*, a história da personagem mais parece provir de alguma tentativa do autor de escrever sobre casos ocorridos em sua própria vida – a mãe de Balzac também foi adúltera e teve um filho fora do casamento, filho este odiado por Balzac. (GAGNEBIN; GUISE, 1976). Dessa forma, o fim triste da personagem Julie, solitária após ter perdido os filhos um a um, sobrando apenas a caçula que a desprezava, pode ser um modo de Balzac expurgar seu próprio desejo de castigar a mãe adúltera.



pretendentes, estabelece no contrato de casamento a cláusula de recusa das relações sexuais. Este não foi o caso de Julie, e, a princípio, seu casamento não ocorreu por obrigação, pois ela quis casar-se, embora seu pai tenha aconselhado a não fazê-lo. Entretanto, não é possível afirmar a ausência de coerção social em sua atitude, uma vez que, se não se casasse, não teria outras opções e nem a quem recorrer – sua mãe já havia falecido e seu pai, velho, morreu tempos depois. Além disso, não é possível afirmar que sentia amor por Victor – seu sentimento por ele era mais próximo de admiração por seu cargo de coronel nas tropas de Napoleão. Tanto é que, aos argumentos negativos do pai a Victor, a respeito da incapacidade do rapaz de fazê-la feliz, a jovem refuta apontando não algum fator amoroso, mas o cargo ocupado pelo rapaz: “porém, meu pai, bem que é preciso que ele tenha espírito e qualidades, para se ter feito coronel” (BALZAC, 1977, p. 66).

Referente à maternidade, ocorrida em 1817, sua filha Hélène lhe representava fruto do dever, mais um atendimento às convenções sociais. Como não sentia amor em seu casamento, a filha era extensão disso, havendo, para Julie, duas maternidades – a do amor e a do dever:

há duas maternidades, [...]. Eu não sabia de tais distinções; agora, sei. Só sou mãe pela metade, melhor seria não ser mãe de forma alguma. [...]. A minha pobre pequena Hélène é filha de seu pai, filha do dever e do acaso; em mim, ela só encontra o instinto da mulher, a lei que nos leva irresistivelmente a proteger a criatura nascida em nosso ventre (BALZAC, 1977, p.166).

O transitar de Julie pelos papéis de filha, esposa e mãe se aproxima das discussões aqui expostas sobre identidade. Tais papéis constituíam a identidade feminina da época e mesmo hoje são tidos assim. Contudo, retomando as reflexões de Silva (2000) e Butler (2003), verifica-se que esta identidade é construída por meio de práticas discursivas. Julie não é mãe apenas por trazer a filha ao mundo, mas torna-se mãe, pois questiona sua função na sociedade, na qual parece apenas assimilar ou repetir o discurso dominante sobre a maternidade enquanto elemento pressuposto da identidade feminina ou, nas palavras da personagem: “a sociedade exige máscaras eternas, sob pena de condenação nos ordena a obedecer às suas convenções” (BALZAC, 1977, p. 166).

Muito embora a história de Julie não compartilhe do mesmo período dos movimentos feministas, os quais, segundo Hall (2005), referem aos movimentos da segunda metade do século XX, sua aproximação às ações feministas não pode ser ignorada. Julie não era uma



feminista, pois haveria aí uma atemporalidade histórica, no entanto, sua insatisfação e seus questionamentos têm impacto nas discussões feministas. A própria frieza de afeto de Julie à filha constitui um modo de contestação da posição social das mulheres, posição esta onde um das implicações é a suposta satisfação feminina na maternidade. Tal assunto, porém, não está distante da presente realidade, embora poucos autores o coloquem em pauta.

Viana (1999) esclarece as duas maternidades referidas por Julie. Conforme a autora, Balzac traz à baila as confabulações femininas sobre a maternidade no casamento de interesse. Dessa forma,

contrapõe duas formas de maternidade: a ‘maternidade de coração’, um sentimento construído, decorrência do amor de dois seres, e que se prolongaria por toda vida à medida que os laços entre mães e filhos se desenvolvem e a ‘maternidade de carne’, fruto do ‘dever e do acaso’, semelhante à relação dos animais com sua prole, um ‘instinto’ que leva a mãe a proteger imediatamente os filhos e que cessa quando esses se tornam independentes (VIANA, 1999, p. 67).

A autora ainda menciona como a maternidade de carne explica a frieza afetiva nas famílias aristocráticas. Porém, a autora ressalta: o abrir mão da sexualidade no casamento não implicava em abrir mão da realização pessoal. “Eis aí um dado que escapa à lógica da ‘família’ aristocrática. A preocupação com aspectos subjetivos e psicológicos da maternidade e de auto[r]realização” (VIANA, 1999, p. 67). Provavelmente, isso explica o desenrolar da história de Julie; seu envolvimento em adultério, do qual nasce um filho – este, sim, filho de coração. No período contemporâneo, também são visíveis estas situações: mulheres que se casaram e foram mães cedo demais, ao chegarem aos trinta, quarenta anos de idade, se perguntam o que fizeram de suas vidas, pois têm diante de si um contingente de mulheres de mesma idade que, ao contrário, não se casaram nem tiveram filho, mas optaram pela busca da ascensão profissional e socioeconômica. A situação evoca a interdependência identidade/diferença pontuada por Silva (2000), assim, aquelas mulheres se olham e olham para estas últimas e as percebem como parâmetro identitário, algo que poderiam ter sido e não foram – poderiam ter estudado e trabalhado para consecução de independência econômica. Simultaneamente, não é ausente nas mulheres ditas independentes um olhar para as esposas e mães, e a dúvida sobre o que farão de suas vidas em diante: receiam futuro solitário, sem marido e filhos. Há as exceções, é claro, mulheres que conseguiram tanto uma coisa e outra, o que não as isenta de terem parâmetros identitários; se conseguiram ser esposa, mãe,

profissional e mulher independente financeiramente, certamente não o fizeram sem nenhuma coerção social – a sociedade, de certa maneira, cobra ambos os papéis.

Ademais, o adultério e o filho de coração não cessam as contestações de Julie. Para ela, “o casamento, a instituição em que hoje se apoia a sociedade, faz-nos sentir, sozinhas, todo seu peso: para o homem, a liberdade; para mulher, os deveres” (BALZAC, 1977, p. 165). Se contestações desse tipo tinham cunho feminista, certamente não é apenas o envolvimento em vida extraconjugal que culminará na equiparação social de Julie em relação aos homens. Entretanto, não se pode negligenciar sua tentativa de subversão de identidade ou dos parâmetros identitários, embora dentro dos limites de seu tempo.

### **Conclusão**

Neste trabalho, propôs-se discutir a constituição identitária em *A mulher de trinta anos*. Confabulou-se que, embora de contexto histórico distante, a história de Julie é próxima das reflexões atuais de identidade feminina tangente aos temas casamento, sexualidade e maternidade.

Após reflexão sobre conceitos de identidade, partiu-se para análise dos dados. Verificou-se que a insatisfação de Julie na vida conjugal dialoga com o feminismo presente, embora Julie não seja feminista, por está muito aquém da época em que ocorreram os movimentos feministas.

Referente ao casamento, a história levanta a união realizada por coerção social, como maneira de atender aos parâmetros identitários da época. Quanto à sexualidade e à maternidade, estas também ocorriam sob normatização, pois não era visado prazer feminino nas relações sexuais e os filhos gerados daí eram frutos do dever. Este prazer, no entanto, poderia existir nas relações extraconjugais, cujos frutos, sim, seriam filhos de coração e não do dever social.

Desse modo, a personagem balzaquiana contribui nos estudos de identidade e gênero. O contato com o mundo da mulher francesa do século XIX suscita discussões sobre a posição social da mulher atualmente. Os tempos são outros, mas os anseios femininos perpetuam, bem como sua necessidade de contestar e subverter suas identidades.

**Referências:**

BALZAC, Honoré de. **La femme de trente ans**. Paris: Gallimard, 1977.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17-60.

GAGNEBIN, Bernard; GUISE, René. Introduction. In: BALZAC, Honoré de. **La comédie humaine**. Paris: Gallimard, 1976. p. 1017-1035. Vol. II.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro DP&A editora, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102.

VIANA, Terezinha de Camargo. **A comédia humana, cultura e feminilidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.